

## DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL:

### Um estudo de caso com professores de escolas públicas em Cruzeiro do Sul - Acre

Bárbara do Vale Martins<sup>1</sup>  
Adriana Ramos dos Santos<sup>2</sup>  
Maria Irinilda da Silva Bezerra<sup>3</sup>

#### RESUMO

A educação sexual é historicamente atravessada por barreiras estruturais, políticas e culturais que contribuem para o seu silenciamento no contexto educativo. Objetiva-se analisar os desafios da educação sexual no contexto escolar a partir do olhar de dois professores de quinto ano do Ensino Fundamental I da cidade de Cruzeiro do Sul – Acre, situada no extremo oeste do Brasil. A pesquisa é qualitativa de cunho descritivo-exploratório. É um estudo de caso de investigação empírica no contexto social de duas escolas cruzeirenses (Yin, 2005). O *corpus* construiu-se mediante aplicação de entrevistas semiestruturadas em consonância com o objetivo. Os resultados revelam a existência de desafios de cunho religioso, familiar, cultural e a falta de formação continuada como uma resistente barreira para discussões sobre educação sexual nas vivências escolares. Conclui-se que a educação sexual urge nas escolas como uma ferramenta fundamental na desconstrução de preconceitos e no fomento de formações docentes pertinentes à temática.

**Palavras-chave:** Educação sexual. Desafios. Professores. Ensino Fundamental I.

#### CHALLENGES OF SEX EDUCATION:

#### A Case Study with Public School Teachers in Cruzeiro do Sul – Acre

#### ABSTRACT

Sex education has historically been permeated by structural, political, and cultural barriers that contribute to its silencing within the educational context. This study aims to analyze the challenges of sex education in the school context from the perspective of two fifth-grade teachers in elementary education (Elementary School I) from the city of Cruzeiro do Sul, Acre,

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade Federal do Acre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFAC Brasil; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2215-708X>. E-mail: [barbara.ifac@gmail.com](mailto:barbara.ifac@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Brasil. Docente da Universidade Federal do Acre, Campus Rio Branco, CELA/ Professora da Pós-graduação PPGE/UFAC; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7402-2670>. E-mail: [adriana.santos@ufac.br](mailto:adriana.santos@ufac.br)

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente da Universidade Federal do Acre, Câmpus Floresta, CEL/ Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens/PPEHL, Cruzeiro do Sul – Acre; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2572-414X>. E-mail: [maria.irinil@ufac.br](mailto:maria.irinil@ufac.br)

located in the extreme western region of Brazil. The research is qualitative with a descriptive-exploratory approach. It is a case study of empirical investigation conducted within the social context of two schools in Cruzeiro do Sul (Yin, 2005). The corpus was constructed through the application of semi-structured interviews in line with the study's objectives. The results reveal the existence of religious, family, and cultural challenges, as well as the lack of continuing teacher education, which constitutes a persistent barrier to discussions on sex education in school experiences. It is concluded that sex education is urgently needed in schools as a fundamental tool for deconstructing prejudice and promoting teacher training relevant to the theme.

**Keywords:** Sex education. Challenges. Teachers. Primary Education Fundamental I.

### DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN SEXUAL:

#### Un estudio de caso con docentes de escuelas públicas en Cruzeiro do Sul – Acre

#### RESUMEN

La educación sexual ha estado históricamente atravesada por barreras estructurales, políticas y culturales que contribuyen a su silenciamiento en el contexto educativo. El objetivo de este estudio es analizar los desafíos de la educación sexual en el contexto escolar desde la perspectiva de dos docentes de quinto grado de la educación primaria (Educación Primaria I) de la ciudad de Cruzeiro do Sul, en el estado de Acre, ubicada en el extremo oeste de Brasil. La investigación es de enfoque cualitativo, con carácter descriptivo-exploratorio. Se trata de un estudio de caso de investigación empírica en el contexto social de dos escuelas de Cruzeiro do Sul (Yin, 2005). El corpus se construyó mediante la aplicación de entrevistas semiestructuradas, en consonancia con los objetivos del estudio. Los resultados revelan la existencia de desafíos de carácter religioso, familiar y cultural, así como la falta de formación continua del profesorado, lo que constituye una barrera persistente para las discusiones sobre educación sexual en las vivencias escolares. Se concluye que la educación sexual es urgente en las escuelas como una herramienta fundamental para la deconstrucción de prejuicios y para el fomento de formaciones docentes pertinentes a la temática.

**Palabras clave:** Educación sexual. Desafíos. Docentes. Enseñanza Fundamental I.

#### INTRODUÇÃO

As manifestações da sexualidade ocorrem em todas as faixas etárias. Por este fim, é possível perceber as ações e reações dos alunos em sala de aula. Essas manifestações podem ser percebidas mediante falas, comportamentos, atitudes, dentre outros aspectos que o cotidiano escolar proporciona. Nesse entorno, a educação sexual se apresenta como forma de contribuir para o conhecimento de crianças e adolescentes sobre seus corpos, suas emoções e sexualidades. Além de contribuir com informações sobre saúde, infecções sexualmente transmissíveis — IST's, e prevenção de possíveis abusos sexuais.

A educação sexual se configura como o oferecimento de um ambiente e condições que permitam o indivíduo a se aceitar e se expressar livremente em relação

ao seu corpo e a sua sexualidade. Isso reflete a criação de um espaço livre de restrições emotivas e/ou sociais relacionadas ao gênero e sexualidade. Além disso, propõe a construção de um ambiente onde os alunos possam (re) descobrir e explorar sua sexualidade e identidade, por meio de questionamentos, aceitação e acolhimento. Um espaço onde as pessoas não tenham vergonha, onde não haja julgamentos, preconceitos ou tabus (Souza, 1991; Louro, 2008; Lima, 2014; Figueiró, 2020).

Esse processo envolve dois importantes aspectos, sendo um externo: relacionado a criação de uma sociedade mais respeitosa em relação a diversidade sexual; e outro interno: centrado em uma jornada de autoconhecimento, de aceitação da sua própria sexualidade de forma que o indivíduo passe a compreendê-la melhor (Souza, 1991, Figueiró, 2020). Nesse contexto, a pesquisa objetiva analisar os desafios da educação sexual no contexto escolar a partir do olhar de dois professores de quinto ano do ensino fundamental I, na cidade de Cruzeiro do sul – Acre, situada no extremo oeste do Brasil.

À pesquisa compreendeu-se de algumas etapas: a realização das entrevistas semiestruturadas com os dois sujeitos — participantes, sistematizadas por um roteiro, buscando identificar desafios relacionados com a educação sexual enfrentados pelos professores para a discussão da temática em sala de aula. Utilizou-se como aporte teórico alguns autores que se dedicam em estudar e compreender de forma mais detalhada as questões epistemológicas relacionadas a temática da educação sexual e suas imbricações com o contexto escolar, como: Apple (1982), Chauí (1984), Souza (1991), Figueiró (2001; 2009; 2020), Davis (2016) dentre outros autores basilares e contemporâneos.

A pesquisa contribui para o esclarecimento de questões referentes aos desafios encontrados na abordagem da educação sexual por professores nas escolas pesquisadas sinalizando a existência de algumas falhas e lacunas no processo formativo de professores voltados à educação sexual. Além disso, incentiva pesquisadores a conduzirem novos estudos nesta área, a fim de promover novas discussões acerca da importância da educação sexual nos contextos escolares, e mais que isso, propor concepções, conceitos, informações, livres de tabus. Essas concepções auxiliam no desenvolvimento e aperfeiçoamento de estudos que instituições de ensino realizam ou pretendem realizar.

O trabalho está organizado da seguinte forma: na primeira seção, caminhos metodológicos da pesquisa; na segunda seção, faz-se uma breve apresentação de

algumas normativas sobre a educação sexual no Brasil. Seguindo para a seção dos resultados e discussões com apresentação das concepções dos docentes sobre os desafios da educação sexual no cotidiano escolar regidas por reflexões pertinentes a temática em tela.

## METODOLOGIA

A pesquisa ancorou-se em uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-exploratório. Esse tipo de pesquisa, refere-se a compreensão das distintas e específicas concepções de sujeitos participantes de um estudo acerca de um problema. Esse problema, geralmente está intrinsecamente ligado a questões dentro de contextos ou ambientes específicos (Creswell, 2014). Para mais, a classificação do estudo, revela-se como sendo possível de tornar mais flexível o planejamento, bem como o aprimoramento de descobertas ou ideias, de modo a descrever os principais acontecimentos e características do estudo (Gil, 2010).

Esta pesquisa se trata de um estudo empírico no qual estão inseridos dois professores de duas escolas no município de Cruzeiro do Sul, Acre. Os professores participantes do estudo de caso são de escolas diferentes. Um leciona em uma escola municipal e o outro em uma escola estadual. Esse estudo de caso é constituído pela compreensão dos desafios da abordagem da educação sexual com dois professores. O critério de escolha pelos professores do quinto ano se deu mediante o respaldo concedido pela Base Nacional Comum Curricular (2017), de forma explícita, permitindo o professor do quinto ano do ensino fundamental I, abordar mesmo que pautados por vieses do biologicismo, a educação sexual.

Como método, adotou-se o estudo de caso compreendido como uma pesquisa cuja estratégia é o entendimento de fenômenos. Esses fenômenos podem ser caracterizados como sociais e/ou individuais que permeiam situações educativas em diferentes níveis de complexidade (Yin, 2005). O tipo de estudo de caso optado para esta investigação foi o não etnográfico, em outras palavras, não necessitou de um período de observação. Em vez disso, foi utilizado como procedimento de produção de dados, a entrevista semiestruturada.

A entrevista semiestruturada foi composta por um roteiro que buscou nortear questões para compreender os principais desafios encontrados nas abordagens da educação sexual nas práticas docentes dos professores participantes. Assim, pôde-se trabalhar a partir de questões previamente estabelecidas e ainda abordar de forma

livre o tema proposto pela pesquisa. Por isso, optou-se pela entrevista semiestruturada, que permitiu a utilização de algumas questões previamente definidas, mas também ocorreram momentos nos quais falamos livremente com os entrevistados. Inicialmente, foram apresentados aos participantes os objetivos e solicitado a autorização para o desenvolvimento da pesquisa. Para a autorização, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido — TCLE para estabelecer as questões de Ética em pesquisa.

O roteiro contou com um questionário inicial, almejando compreender o perfil dos professores a serem estudados na pesquisa no intuito de obter informações sobre formação, idade, gênero e tempo de atuação profissional. Desse modo, para manter a privacidade das escolas foram adotadas as seguintes formas de identificação: E1 e E2, e P1 e P2 destinados aos professores. Em seguida, foi realizada as questões semiestruturadas.

As entrevistas foram gravadas através de um aparelho celular, conforme a autorização dos entrevistados e assinatura do TCLE. Posteriormente, ocorreu a transcrição das falas dos entrevistados, seguindo para a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Por intermédio, estabeleceu-se duas categorias de análise resultante da leitura flutuante com base nas falas dos sujeitos da pesquisa. As categorias intitulam-se: “Concepções de educação sexual”; e, “Desafios da educação sexual nas práticas pedagógicas”.

O roteiro da entrevista com questões variadas, teve como principal foco as dimensões dos desafios da educação sexual, assim como as concepções dos professores sobre a educação sexual, envolvendo conceitos, opiniões e perspectivas dos sujeitos participantes da área da educação — P1 e P2. A posteriori, foi realizada a análise de dados. Para Gibbs (2009, p. 16) esta etapa “começa com algumas coletas de dados qualitativos (muitas vezes, volumosa) e depois os processa por meio de procedimentos analíticos, até que se transformem em uma análise clara, compreensível, criteriosa, confiável e até original.”

Consequente, foi realizada uma organização dos dados produzidos, advindos das entrevistas, para assim, ser alcançados os objetivos da pesquisa. A análise compreendeu a categorização *a posteriori* mediante à leitura flutuante, penetrando-se por impressões que são essenciais para a análise conforme preconiza Bardin (2011). Após a análise, seguiu-se para o processo de discussão dos dados com a utilização das narrativas dos entrevistados, percepção das autoras da pesquisa e

fundamentação a partir de autores que discutem e embasam as questões pertinentes a educação sexual.

## EDUCAÇÃO SEXUAL: NORMATIVAS EM FOCO

A educação sexual no contexto escolar é um tema vigente em vários estados brasileiros. A temática encontra-se em discussão em alguns documentos normativos, incluindo os que norteiam a educação no Brasil. No que concerne aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) publicado pelo Ministério da Educação (MEC), em 1997, emerge o termo orientação sexual, recomendando ao professor que se “responsabilize” com a tarefa da educação sexual no contexto da escola (Brasil, 1997).

Embora os PCNs respaldem o trabalho docente com a educação sexual nas escolas, é necessário que os professores(as) estejam minimamente habilitados(as) a abordarem os diversos temas que envolvem a temática. No geral, em muitos casos, e na prática, essa preparação é deficitária. Isso evidencia a necessidade de formação docente continuada, uma vez que a formação inicial por vezes não trabalha de forma assertiva temas da educação sexual nas graduações em licenciaturas, especialmente na pedagogia (Figueiró, 2020).

O Ministério da Educação (MEC) implanta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como uma diretriz curricular. Esse documento “nasce da necessidade de se construir uma referência curricular nacional para o ensino fundamental que possa ser discutida e traduzida em propostas regionais nos diferentes estados brasileiros” (Brasil, 1997, p. 9). O documento apresenta vários temas, conhecidos como temas transversais, são eles: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual.

Os temas transversais devem ser trabalhados por todas as disciplinas de acordo com o contexto e cotidiano da escola, especialmente levando em consideração a interseccionalidade — categorias de opressões que se ajustam para legitimar e potencializar as desigualdades sociais (Collins; Bilge, 2020). Em outras palavras, o(a) professor(a) independente de sua área de formação, pode e deve abordar os temas que envolvem a educação sexual de preferência de maneira interseccional, nas diferentes disciplinas eletivas.

Os temas transversais, segundo Conde (2010) permite a educação se mostrar como forma interdisciplinar, no entanto, alguns professores(as) demandam

inseguranças em abordar temas que são referentes a outras áreas de conhecimento. Conde (2010, p. 8) explica que:

Não há como negar que o que existe é a ausência de leituras e treinamentos dos professores para tratar dessas questões em sala de aula. Assim, deparamo-nos com a questão da formação do professor, que deve ser contínua, uma vez que as rápidas transformações sociais exigem deste um posicionamento mais político. Os alunos instigam-nos com temas que envolvem a transversalidade e, diante desses temas, costumamos adiar discussões. É urgente admitirmos esse despreparo. Acreditamos que a solução seria a constante indagação: há reflexão na prática docente?

A existência dos temas transversais nos documentos norteadores, não significa que o(a) professor(a) está apto(a) a abordá-los em sala de aula. São temas complexos, que exigem fundamentação, preparação e desconstruções de ideias e ideais neoconservadores e preconceituosos. Com as aligeiradas transformações sociais, demanda do(a) educador(a) um entendimento mais preciso, crítico e político. Isso se explica pelo fato dos(as) alunos(as) apresentarem questões que englobam a transversalidade e que atravessam as várias disciplinas, propondo uma abordagem mais reflexiva. Essa abordagem tem um olhar sensível para a importância da reflexão docente sobre suas práticas, bem como, se os(as) professores(as) estão aptos a guiarem diálogos sobre as temáticas transversais, inclusive temas da educação sexual (Conde, 2010).

Em 2011, o Ministério da Educação lançou um “Guia escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração sexual de Crianças e Adolescentes” com o objetivo de auxiliar na identificação de sinais de abuso sexual em crianças e adolescentes. No entanto, o próprio guia em sua apresentação destaca alguns desafios que precisam ser enfrentados, incluindo a necessidade de formação continuada para professores(as) e gestores(as) das escolas de ensino fundamental e médio (Brasil, 2011).

Semelhante ao propósito supracitado, o Plano Nacional de Educação (2014 – 2024), configurado como uma ferramenta que conduz a implementação de políticas públicas no setor educacional, contemplando os níveis de ensino: infantil, básico e superior (Cavazottiares, 2021). Houve polêmicas sobre

[...] a inclusão de uma diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais. O senado Federal alterou o dispositivo e retirou o trecho que dizia ‘igualdade racial, regional de gênero e de orientação sexual’ e substituiu

por 'cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação' (Cavazottaires, 2021, p. 9).

Há a descrição de uma controvérsia sobre a inclusão de uma diretriz que visava superar as desigualdades educacionais. Essa alteração indica o foco mais “amplo” nas questões de cidadania e eliminação de discriminação. No entanto, não especifica as categorias de desigualdades que precisam ser destacadas, justamente para enfatizar que esses sujeitos minorizados socialmente e historicamente são os que mais sofrem com as diversas formas de discriminação no país.

Torres; Saraiva; Gonzaga (2020), versa que a forma como o gênero, sexualidade e raça se entrelaçam, diz sobre como esses temas têm sido escopo de ataques em diferentes esferas educacionais. O banimento destas categorias do PNE, se encaminham para o silenciamento destas, nos contextos escolares. Além disso, a “recolonização da esfera civil pelo discurso religioso” (Torres; Saraiva; Gonzaga, 2020, p.10). Os discursos religiosos influem as diversas esferas públicas, inclusive a educacional. Essa influência religiosa constrói a marginalização das temáticas interseccionais gênero, raça e sexualidade, e, ergue estruturas para o crescimento da cultura neoconservadora e limitada. E mais que isso, tonificam as desigualdades e exclusões (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2020).

No que concerne a Base Nacional Comum Curricular — BNCC, na versão de 2017, discussões sobre gênero e sexualidade foram vilipendiadas, o que por sua vez dificulta a inserção, bem como a discussão da temática educação sexual nas instituições de ensino. Esse silenciamento apresentado no documento emerge discussões em uma amplitude social, visto que o ambiente institucional escolar incorpora indivíduos inseridos em diferentes contextos sociais, religiosos, econômicos e culturais. Por isso, a inclusão da diversidade é direcionada para a reflexão de questões pertinentes a educação sexual, como: gênero, sexualidade, corpo, sexo, dentre outras questões que compreendem a educação sexual (Butler, 2014; Araújo, 2022).

A seguir, um quadro ilustrando como está configurada a representação dos termos gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular — 2017.

#### **QUADRO 1 – Gênero e Sexualidade na BNCC (2017)**

TERMOS	QUANTIDADES	DE QUE FORMA APARECEM
Gênero	499 vezes	Gêneros textuais; gêneros literários; gêneros discursivos; gêneros digitais; gêneros orais, escritos e multisemióticos. Em áreas como: Campos de experiência da Educação Infantil, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Geografia.
Sexualidade	4 vezes	Na apresentação do componente curricular Ciências; Como objeto do conhecimento da Unidade Temática Vida e Evolução do 8º ano; e na Habilidade (EF08CI11).

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na BNCC, 2017.

É possível observar no quadro uma quantidade de quatrocentos e noventa e nove vezes, que o termo “gênero” é representado na Base Nacional Comum Curricular (2017), parece algo para se celebrar. Entretanto, o termo em nenhuma das vezes mencionado refere-se a assuntos sobre orientação sexual e ou diversidades sexuais — estudos de gênero. Mas, se apresenta no sentido das diversidades textuais, na maior parte das vezes no componente curricular, Língua Portuguesa para se referir a gêneros textuais.

O termo gênero foi completamente silenciado do documento. Já no que se refere ao termo “sexualidade”, aparece três vezes em toda a BNCC, no componente curricular Ciências. Mesmo em meio a esses retrocessos, que se configuram como forma de omitir informações pertinentes à sexualidade, uma vez que ignora a complexidade e diversidade dessas questões. A BNCC, a exemplo dos PCN's permite de forma implícita ser trabalhada a educação sexual, levando em consideração três competências gerais:

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que **respeitem e promovam os direitos humanos**, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com **posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros** e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, **compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros**, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e **promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos**, com acolhimento e **valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais**, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, **sem preconceitos de qualquer natureza** (Brasil, 2017, p. 9-10, *grifos nossos*).

Nessas três competências, embora não seja um texto explícito, voltado para a educação sexual, é possível inserir essa temática na educação. Assim, elas visam

promover conteúdos que abordam sobre diversidade individual e coletiva, bem como o reconhecimento de suas emoções, tal qual como a do próximo. Mesmo com o apagamento e omissão dos termos gêneros e das ínfimas vezes que o termo sexualidade é manifestado no documento. O docente precisa de estratégias para trabalhar assuntos pertinentes à educação sexual.

Apple (1982) explica que esse esforço de explorar conteúdos que não estão explícitos no currículo, atende à ideais do currículo oculto. O currículo oculto se encaminha para manter estruturas de poder e reprodução das desigualdades sociais. O autor ainda destaca que as escolas não se configuram como ambientes neutros, mas como contextos onde as ideologias e relações de poder se reforçam (Apple, 1982).

As relações de poder favorecem nesse sentido, alunos(as) que detêm de capital cultural. Isso indica que os alunos(as) que se enquadram em classes sociais baixas, e, sobretudo, alunos(as) que são minorizados(as). São, nos diversos contextos sociais, mas nesse caso, precipuamente no contexto escolar, prejudicados, pois não são representados, mas por vezes são excluídos e historicamente discriminados (Apple, 1982).

No Currículo de Referência Único do Acre (2019), a palavra sexualidade aparece vinte vezes. No quinto ano do Ensino Fundamental aparece como “Orientação de aplicabilidade do componente Ciências”, a saber: “Investigar reprodução e sexualidade humana, valorizando a preservação da saúde e a paternidade/maternidade responsáveis, podendo comparar a reprodução da espécie a de outros seres vivos” (Brasil, 2019, p. 264). A ênfase no ensino ainda é reforçada por aspectos biológico como a reprodução humana — compará-la a de outros seres vivos, sem dar abertura para o real significado de sexualidade, que muito além de sexo, é compreender-se como sujeito diverso, íntimo e expressivo (Butler, 2014).

Desse modo, as complexidades que preconizam a educação sexual no contexto escolar são enviesadas e enraizadas por pressupostos que constituem e consolidam preconceitos e discriminação nos solos educacionais. Os(as) professores(as) não estão, pois, livres de concepções e dos olhares discriminatórios — estruturais e culturais. A próxima seção abordará os resultados da pesquisa, enfatizando as concepções docentes, assim como os desafios educacionais para as abordagens eficazes da educação sexual, oriundas do estudo de caso.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa — estudo de caso, foi realizada em duas escolas, uma estadual e outra municipal situada na cidade de Cruzeiro do Sul, Acre, com dois professores atuantes no 5º ano do ensino fundamental. Ambos os professores são do gênero masculino, com idades entre 35 a 40 anos, possuem graduação em licenciatura em Pedagogia e Letras Português, respectivamente. O tempo de atuação de trabalho são entre 5 a 15 anos, sendo um com contrato efetivo e o outro temporário.

Objetivando apresentar os desafios existentes no contexto escolar acerca da educação sexual a partir do olhar de professores de 5º ano do ensino fundamental I, realizamos uma entrevista nas escolas localizadas na cidade de Cruzeiro do Sul-Acre. Foram estabelecidas duas categorias de análise resultante da leitura flutuante com base nas falas dos entrevistados, Bardin (2011). As categorias intitulam-se: Educação sexual: concepções docentes; e, Desafios da educação sexual nas práticas pedagógicas.

### Educação sexual: concepções docentes

No que diz respeito a importância do trabalho bem como sua concepção sobre educação sexual nas escolas, o professor P1 da E1 respondeu à questão enfatizando que esta temática “é de fundamental importância, pois desde cedo a criança precisa conhecer sobre o assunto para quando chegar à puberdade e adolescência já está habilitado a conhecer as IST’s” (P1, 2023). Enquanto o professor P2 da E2 aponta que:

Como nessa fase a maioria dos alunos são “pré-adolescentes” e adolescentes, naturalmente já se apresenta a necessidade de se discutir questões inerentes às suas dúvidas sobre o assunto, canalizando o debate para o uso de termos adequados e uma linguagem apropriada. Isso é muito importante, pois eles precisam de informação que quase sempre não advém do ambiente familiar, já que o assunto ainda é um grande tabu. Os pais não falam com os filhos sobre assuntos de cunho sexual, mesmo que no sentido mais básico é um fator gerador da “desinformação” de muitos alunos, sendo o ambiente escolar, um relevante veículo de informação e orientação acerca da temática (P2, 2023).

De acordo com as narrativas dos participantes do estudo, é notável que P1 possui uma visão mais fechada a respeito da educação sexual, limitando o ensino apenas às questões biológicas. Em contrapartida, P2, possui uma visão mais ampla e compreendida do que seja a educação sexual no ambiente escolar. Enfatiza que quando as informações não são adquiridas no meio familiar, a escola é um relevante

espaço que pode tratar, desenvolver, discutir orientações voltadas aos temas que englobam a educação sexual.

É possível realizar estratégias que mudam esse cenário, onde possa haver diálogo entre a família e a escola. Reuniões com os pais podem minimizar o impacto de se discutir sexualidade com seus filhos na escola, propiciando mais tranquilidade no ensino sem a preocupação da repreensão dos pais. Por isso, as reuniões onde há o esclarecimento, a “quebra” de tabus que rodeiam o tema, pode ser vista como um dos principais caminhos para a integração família e escola. Além de desmistificar o ensino da educação sexual (Figueiró, 2020).

Consequente, questionando em qual componente curricular trabalham com o tema educação sexual, os participantes manifestaram respostas semelhantes. Relatam que é na disciplina de Ciências que a educação sexual é discutida, por meio de conteúdos como “puberdade”, “sistema reprodutor feminino e masculino”, “IST’s (Infecções Sexualmente Transmissíveis)”. Complementaram as informações explicando que esses conteúdos são ministrados no 4º bimestre. Os conteúdos geralmente estão relacionados ao sistema reprodutor, ou seja, voltados para concepções determinadas pela biologia, descartando a possibilidade de uma abordagem social e crítica. (P1, 2023).

Levando em consideração os conteúdos que são ministrados pelos professores, estes, por sua vez são corroborados pelo documento que norteia a educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É possível entender que embora a sociedade seja caracterizada pela existência de uma grande diversidade de grupos sociais que se distinguem pela raça, gênero, religião, classe social, dentre outros. A educação sexual ainda é discutida nas escolas como a elucidação de mecanismos reprodutivos, processos de evolução da espécie, que supostamente promove um “saudável” desenvolvimento da mente e corpo do indivíduo (Figueiró, 2020; Silva, 2025). Com isso, acaba gerando o problemático imaginário de uma família supostamente saudável e normativa, ou seja, pautada sempre na “normalidade” do curso reprodutivo e na cisheteronormatividade, desconsiderando que existem famílias de todas as formas e tamanhos.

É importante enfatizar que a educação sexual, envolve muito mais que o estudo de meios de reprodução e ISTs. A educação sexual vai para além de determinismos biológicos. Nesse sentido, deve proporcionar e contemplar discussões de temas que abordam e explicam sobre questões mais amplas do ser humano, como identidade de

gênero, sexualidade, diversidade, bem como orientação sexual, dentre outros, que compreende o ser humano como ser integral e não apenas fisicamente composto.

Quanto a importância de trabalhar educação sexual nas escolas e se os professores recebem formação continuada no intuito de um melhor o aperfeiçoamento no assunto e, conseqüentemente, uma melhor e eficaz abordagem em sala de aula. Os professores responderam que nunca receberam nenhum tipo de formação incluindo, palestras, cursos, oficinas dentre outros, sobre educação sexual (Louro, 2014).

A formação continuada no processo formativo do docente é de extrema importância, uma vez que auxilia na constituição de saberes pedagógicos, bem como do saber fazer didático, compreendidos pelas ciências da educação como o manejo de práticas pedagógicas. Essas práticas, visam melhorar o ensino, principalmente se forem tecidas por elementos com um teor de criticidade (Romanowski, 2007). A formação continuada é um caminho de diversas possibilidades, que leva ao aperfeiçoamento da compreensão de saberes e conhecimentos profissionais adquiridos na formação inicial.

Não obstante, os professores foram questionados se nas reuniões de planejamentos são propostas atividades voltadas para a educação sexual. P1(2023) respondeu que na escola não são planejadas esse tipo de atividade, somente “se fizer necessário ou surgir situações que seja necessário fazer uma conversa/abordagem sobre o assunto, visto que o conteúdo trabalhado no 5º ano é IST’s e sistema reprodutor masculino e feminino.” Quanto ao professor P2, em sua fala enfatiza a importância da promoção de espaços e discussões sobre o tema no momento de planejar as aulas. De acordo com o professor (P2):

Promover esses espaços de discussões e planejamentos de ações sobre sexualidade e saúde por exemplo, tratando de assuntos básicos sobre higiene pessoal (íntima), reprodução humana, igualdade de gênero, respeito às diferenças compreensão das transformações do corpo, das condutas adequadas para lidar inclusive com ameaças de assédio e abuso sexual, se fazem necessários já no início da adolescência e a parceria entre escola e família para tanto, é o caminho mais viável. Tais espaços de discussões precisam ser adotados também dentro da escola, entre a equipe pedagógica, o que, sobre educação sexual não ocorre com tanta regularidade (P2, 2023).

P1 destaca que não é abordado atividades sobre educação sexual nos planejamentos durante as reuniões, em contrapartida. P2, no decorrer de toda a entrevista enfatiza a importância do diálogo entre a família e a escola quando o

assunto é educação sexual. Isto pois, na perspectiva do entrevistado, é importante a colaboração dessas duas instituições como caminho para promover a educação sexual no âmbito escolar.

Caminhar para um futuro em que a educação sexual deixe de ser tabu, e passe a ser fundamental nas escolas, necessita mais do que o interesse do professor. Necessita da ação dos órgãos responsáveis por ofertar formação continuada como um dos principais construtores desse processo. Treinamento e capacitação seria o ideal para formar educadores preparados para trabalhar com a educação sexual nas escolas. Professores capazes de sanar dúvidas, transmitir e construir conhecimentos e informações no que diz respeito ao tema. No entanto, responsabilizar o professor por esse processo é arbitrário, tendo em vista que a educação é um âmbito coletivo de profissionais, onde as várias esferas precisam desenvolver estratégias acentuadas para progredir enquanto instituição formadora e fomentadoras das demandas sociais vigentes (Figueiró, 2020; Silva, 2025).

### **Desafios da educação sexual nas práticas pedagógicas**

Em relação aos possíveis desafios que os professores encontram e enfrentam no que diz respeito à abordagem da educação sexual no contexto escolar. Os professores responderam que “Relacionado aos alunos não, pois é um assunto de grande interesse por parte deles. E em nossa escola conseguimos abordar de maneira natural, mas sempre se atentando para a faixa etária deles” (P1, 2023). O outro participante responde que:

Os desafios são muitos, pois não há um suporte (formação continuada, rodas de conversas, palestras) oferecidos pelas redes de ensino, não de forma definida e articulada. É iminente os desafios e tabus em relação às famílias que não se mostram abertas para o debate, justamente pelos tabus existentes inclusive de ordem cultural, religiosa, quando o assunto é educação sexual. Entretanto, nossos alunos estão tendo contato com situações diversas que requerem orientações para que aprendam a agir e reagir adequadamente diante disso (P2, 2023).

A partir das narrativas dos professores entrevistados, nota-se a existência de vários desafios, sendo um dos principais, e mais de uma vez destacado, o desafio relacionado a formação continuada sobre educação sexual. Essa formação docente continuada não é ofertada pelos órgãos responsáveis, o que dificulta os debates em torno do tema. Outro desafio, evidenciado, segundo um dos docentes entrevistados,

têm relação familiar, cultural e religiosa. Sobre isso, Figueiró (2009, p. 51) esclarece que “a melhor forma de se trabalhar a questão é com naturalidade, falando francamente, evitando constrangimentos e respeitando as peculiaridades de cada família, sua moral e religião.”

Nessa perspectiva, os desafios referentes a educação sexual, enfatizados de acordo, com a constituição ideal de família no Brasil, que necessariamente, precisa ser composta por um homem e uma mulher e seus filhos. Enquanto os filhos homens precisam cortejar as mulheres, assumindo ainda responsabilidades sociais, as filhas mulheres precisam manter sua inocência preservada, preparando-se para o casamento e maternidade, com orientações de submissão ao marido, sempre preservando a sensibilidade e o cuidado (Martins; Santos; Almeida, 2025).

Essa concepção de família, preestabelece papéis definidos para homens e mulheres — perspectiva binária, sem considerar as diversas formas existentes de família. Além de padronizar a família, esse fato acarreta mais preconceitos, tendo em vista que nem todos se encaixam nos padrões cisheteronormativos<sup>4</sup> (Chauí, 1984).

Partindo de concepções voltadas para o campo religioso, entendemos que a relação entre educação sexual e religião pode ser considerada complexa. A religião no decorrer do desenvolvimento da sociedade sempre foi considerada um grande mecanismo de poder, capaz de ditar, impor e manter as regras de convivências sociais. Em consequência disto, a religião acaba moldando de certa forma a visão comportamental, de sexualidade e de moralidade dos indivíduos. Desse modo, há uma certa tensão no que diz respeito à necessidade de fornecer informações sobre determinados assuntos que são imprescindíveis para a formação humana. E, no que diz respeito aos ensinamentos considerados tradicionais em torno do ciclo religioso.

Essas tensões entre religião e sexualidade acabam refletidas nas abordagens da educação sexual nas escolas. É necessário que a educação sexual seja no ambiente escolar trabalhada com naturalidade, sempre respeitando as particularidades familiares, moral e religiosa dos alunos. Dito isto, o respeito e a informação são inerentes e necessitam ser concomitantemente, versados nas escolas. Em paralelo a isso, ainda assim, existe a necessidade de desconstrução de

---

<sup>4</sup> Padrões estabelecidos pela sociedade como norma que estabelece identidades de gênero, Cisgênero, e, orientação sexual, heterossexual, como as normais, portanto, válidas. Descartando qualquer outro tipo de manifestações de identidades e sexualidades.

termos e/ou ideias preconceituosas e até mesmos criminosos, como por exemplo o racismo e a homofobia que se fazem necessário erradicar.

Torres; Saraiva; Gonzaga (2020) discutem sobre as noções de gênero e diversidade sexual, anteriormente usadas para incitar relações de poder na escola, passando a ser consideradas conceitos “malditos” e detestável em vários ambientes educacionais. Essas alterações são concebidas à ofensiva antigênero, que se articula para que haja o silenciamento de discussões sobre gênero, sexualidades, direito das mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+ nos contextos escolares.

Isso significa que a maneira como esses direitos são tratados de forma frívola ao mesmo instante em que são estigmatizados como “ideologia de gênero”. Essas ideias ignorantes, são fortalecidas tendo em vista a força que os movimentos neoconservadores dispõem. Dando espaço para legitimar a exclusão dessas questões que são tão importantes em discursos envoltos na educação.

Além disso, essas dinâmicas são inerentes ao que os autores chamam de “governabilidade dos corpos” Torres; Saraiva; Gonzaga (2020, p. 9) apontando a existência dos controles dos corpos, isto é, ao modo como os indivíduos manifestam seus comportamentos e expressões que são talhados por padrões e normas da cisheteronormatividade. Assim, a educação se encaminha como uma ferramenta, bem como espaços para afirmar essas normas e amordaçar sujeitos e silenciar suas vozes. Reprimindo não apenas as discussões sobre diversidades, mas sobretudo, os direitos humanos, de forma a descaracterizá-los.

Consequente, foi questionado aos professores sobre o que precisaria ser feito para melhorar a abordagem sobre educação sexual nas escolas e se eles se sentem aptos a trabalharem com essa temática. As respostas foram as seguintes: “Falando de educação de maneira geral, as escolas precisam normalizar o “falar” discutir sobre o assunto, pois em muitas escolas o assunto ainda é um tabu até para o corpo docente” (P1, 2023). Enquanto o outro professor pontua que:

Mesmo não sendo oferecidas formações específicas para lidar e conduzir essas situações no cotidiano escolar é importante nós professores nos prepararmos para essas demandas que estão cada vez mais frequentes e complexas, assim a aptidão do docente nesse sentido é indispensável, nesse sentido, busco me informar cada vez mais devido aos vários questionamentos por partes dos alunos (P2, 2023).

As falas dos sujeitos são relevantes quando enfatizam sobre a normalização da discussão da educação sexual nas escolas. Além disso, afirmam que mesmo não havendo formação que preparem o corpo docente para uma melhor abordagem sobre o assunto, o professor precisa se preparar por conta própria, pois o tema está cada vez mais sendo procurado pelos discentes. Ou seja, um dos maiores desafios é a falta de formação para os docentes, os tabus acabam sendo reforçados pois são socialmente construídos. Portanto, precisa ser bem compreendido pelo professor para ser adequadamente discutido com os alunos. Para Figueiró (2009, p.142):

[...] acabamos carregando conosco uma gama de tabus, preconceitos e sentimentos, muitas vezes, negativos, em relação ao sexo, o que acentua nossa dificuldade em falar abertamente sobre ele. Assim sendo, quando se propõe educar sexualmente os alunos, há que se pensar, concomitantemente, em oportunizar aos professores o reeducar-se sexualmente, participando de estudos que os auxiliem a preparar-se para atuar como educadores sexuais, tanto de crianças do ensino regular, quanto de crianças e adolescentes considerados pessoas com necessidades educacionais especiais.

Além da educação sexual ser considerada um tabu, os próprios professores trazem uma bagagem de preconceitos, dificultando a inserção e discussão do tema em sala de aula. A autora enfatiza ainda que antes de educar sexualmente o corpo discente, é preciso ter um olhar sensível para o corpo docente, oportunizando que estes recebam uma (re) educação sexual pautada em uma formação inicial e continuada consistente. Só então, se sentirão confortáveis e preparados para serem educadores sexuais, portanto, oportunizando a elucidação da educação sexual para que os alunos se tornem autônomos e preparados para viver plenamente sua sexualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do estudo, foi possível observar que existem vários desafios para a abordagem da educação sexual nas escolas, sobretudo, de cunho religioso, isto é, que envolve dogmas, princípios que são estabelecidos por determinadas religiões. Além disso, desafios de cunho familiar, quando pais ou responsáveis questionam o que seus filhos aprendem na escola de forma preconceituosa. Esses preconceitos são regidos por uma bagagem de conceitos pré-estabelecidos, refletindo de maneira significativa na prática pedagógica dos professores e na aprendizagem dos alunos.

Tais questões, dificultam a discussão deste tema no âmbito escolar, além do desafio da falta de formação docente continuada, sobre educação sexual.

A escola como uma instituição social e preocupada com os aspectos que compreendem a formação humana é também um ambiente onde o comprometimento com a abordagem da educação sexual seja efetivo. Vale ressaltar que, para que haja uma eficiência nesse processo, é preciso uma conscientização por parte da família, no que diz respeito a repressão que grande parte dos alunos sofrem em domicílio, dificultando, o processo de ensino-aprendizagem da educação sexual.

A educação sexual fornece aos alunos um desenvolvimento muito importante sobre vários aspectos, incluindo saúde, bem-estar, autoaceitação, conhecimento do próprio corpo, auxiliam questões de respeito e limites. Desenvolve ainda, a capacidade dos indivíduos tomarem decisões sobre si e sobre o outro. Além de fornecer informações adequadas e precisas aos alunos que precisam da educação sexual na escola.

Os relatos docentes trazem palavras efêmeras sobre o reconhecimento das questões pertinentes a educação sexual no contexto escolar. Essas narrativas, são regidas principalmente quando os discursos são enviesados pelas conjecturas religiosas afetando as capilaridades sociais, sobretudo, os sujeitos inseridos no sistema educacional e de ensino.

Posto isso, e retomando ao objetivo da pesquisa, as concepções que os professores possuem sobre a educação sexual, indica que a educação sexual carece de muitos avanços e desconstruções de ideias conservadoras. Isso inclui a abordagem das questões pertinentes à educação sexual em formações continuadas, a presença da temática no currículo, contribuindo para que discursos preconceituosos, presentes nas concepções docentes sejam minimamente e velozmente desconstruídos. Para assim, haver a construção de ambientes, incluindo os escolares, transformado por alicerces formativos sem preconceitos que na maioria das vezes são regidos por preceitos cisheteronormativos, mas que sobretudo, carecem de reflexão e transformação.

## REFERÊNCIAS

ACRE. Secretaria de Estado de Educação do Acre. **Currículo de Referência Único do Acre**. Ensino Fundamental. SEE/AC: Rio Branco, 2019.

APPLE. Michael. **Ideologias e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARAÚJO, Luiz Carlos. Gênero e Sexualidade na BNCC: possibilidades para implementação da Disciplina Educação Sexual para Sexualidade na Educação Básica. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 8, N.1 - pág. 263-286, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/65331>. Acesso em: 19 out. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 174 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017.

BUTLER, Judith. **Regulações de Gênero**. Cadernos pagu, jan.jun, 2014.

CAVAZOTTIAIRES, Diogo. Educação sexual: um direito humano. Leis vigentes na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. **Rev. Fac. Der.** [online]. 2021, n.50. Disponível em: [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2301-06652021000103116&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-06652021000103116&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 19 ago. 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. 2ª. Ed. Editora: brasiliense, São Paulo, 1984.

COLLINS, Patricia. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

CONDE. Érica. **Transversalidade e ensino: o que falta para ser realidade?** 2010. Disponível em: 10.17771/PUCRio.PDPe.20036. Acesso em: 04 set. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. **Desmarginalizando a interseção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminatória, à teoria feminista e à política antirracista**. In: HARRIS, Angela (Org.). **Gênero, raça e classe no feminismo**. 2. Ed. Bloomington: indiana University Press, 2002.

CRESWELL, John Ward. **Investigação qualitativa de pesquisa [recurso eletrônico]: escolhendo entre cinco abordagens**. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. 3. ed. Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Penso, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. **A formação de educadores sexuais**. Londrina, 2001.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. **A Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível**. 2. Ed. ver., atual. E ampl. – Londrina: Eduel, 2020.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. **Educação sexual: Múltiplos temas**. Londrina: UEL, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes – Seropédica, RJ: **EDUR**, 2011. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

LIMA, Fátima. **Corpos, gêneros, sexualidades: políticas de subjetivação**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARTINS, Bárbara do Vale; SANTOS, Adriana Ramos dos; ALMEIDA, Murilena Pinheiro de. **A feminização da carreira docente no Brasil: reflexões teóricas sobre relações de gênero e educação**. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, Naviraí, v. 12, n. 32, p. 66–87, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/23200>. Acesso em: 14 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília. **Teoria, Método e Criatividade**. Editora Vozes, 21ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2002.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3. Ed. rev. E atual. – Curitiba: Ibpex, 2007.

SILVA, Suelem Nogueira da. **Educação e prevenção ao abuso sexual infantil**. *Eventos Pedagógicos*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 202–213, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/13936>. Acesso em: 14 abr. 2026.

SOUZA, Hália Pauliv de. **Convivendo com seu sexo (Pais e Professores)**. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1991.

TORRES, Marco. SARAIVA, Izabella. GONZAGA, Rubens. Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento. **Revista Brasileira de Educação**. 5 v. 25 e250049, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6DHYFLWMcLfgTQkHHVRqXqh/>. Acesso em: 20 out. 2024.

YIN, Robert. **Estudo de caso: Planejamento e método**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.

Recebido em: 10.01.2026  
Aprovado em: 10.04.2026